



# FILIAIS E AGÊNCIAS CGD

## Filial de Aveiro

A primeira delegação da Caixa Geral de Depósitos (CGD) em Aveiro foi instalada na Repartição de Finanças da cidade, a 21 de dezembro de 1887. A primeira conta de depósito à ordem foi aberta em nome de Viriato Ferreira de Lima e Souza, no valor de 9.000 réis.

Nos primeiros 10 anos da delegação foram abertas cerca de 1000 contas à ordem, sendo clientes da Caixa: organismos de solidariedade social, grandes proprietários e elementos do comércio local. Contudo, a maior parte dos depositantes era proveniente de estratos da população com menores recursos financeiros.

### **Primeiro edifício da Filial da CGD em Aveiro**

A primeira filial da CGD em Aveiro foi instalada num prédio onde outrora funcionou o Hotel Cisne, com rés-do-chão, dois andares e águas furtadas e localizado junto à Ria. Foi inaugurada a 7 de janeiro de 1920.

O jornal local *O Democrata* descreveu o acontecimento: (...) *Todas as repartições, gabinetes e mais dependências da nova casa bancária estão montados com todas as comodidades, tanto para os empregados como para o público, como ainda servidos por magnífico mobiliário e mais pertences (...).*

Foram divulgados os diversos serviços e operações praticadas pela Caixa no mesmo jornal, *Depósitos à ordem a 4%. Transferências para todas as sedes de distrito e dos concelhos do continente e ilhas (...). Cartas de crédito. Contas correntes caucionadas. Empréstimos sobre penhor de títulos. Cobrança de letras, facturas, recibos, etc.. Desconto de warrants. Outras operações.*

Em maio de 1921 a filial foi assaltada e resultou num roubo de mais de 30 contos, cerca de metade do saldo em caixa, motivando a deslocação do próprio administrador da CGD a Aveiro, Dr. Daniel Rodrigues, acompanhado de dois agentes da polícia de Lisboa.

Com o decorrer de alguns anos a filial foi necessitando de obras pontuais e melhoramentos como, pinturas interiores e exteriores, reparações nos estuques fruto de algumas infiltrações das águas da chuva.

A 6 de junho de 1928, o Conselho de Administração (CA), autorizou a execução de reparações no edifício: fendas dos tetos interiores, limpeza e pintura da fachada e de toda a caixilharia,



colocação de vidros, arranjo de algerozes, limpeza e colocação de telhas no valor de 13.000\$00. Em fevereiro de 1929, surge novamente a necessidade de se proceder a arranjos no telhado e nas claraboias, elementos estes que, por orientação do arquiteto chefe Pardal Monteiro, deveriam ser avaliados por pessoal especializado, relativamente ao seu estado. Sucederam-se assim os arranjos, ora no edifício, ora nas instalações elétricas.

No ano de 1937 e na sequência da inspeção a obras das dependências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), no que respeita à Filial de Aveiro, foi verificada a necessidade de alguns trabalhos de conservação, assim como obras de remodelação, em particular, na sala do público e na fachada (fig. 1). Como alternativa a esta intervenção, a inspeção sugeriu a venda deste prédio, próprio para hotel ou pensão, e a negociação com a Câmara Municipal de Aveiro, no sentido desta ceder o terreno que possuía na Avenida Nova para construção de um novo edifício numa melhor localização que a atual.

A partir daqui verificou-se um esforço intenso da Administração da CGDCP em adquirir um terreno que satisfizesse todas as necessidades na instalação dos serviços da instituição naquela cidade. Contudo, encontrar um espaço que correspondesse aos requisitos impostos não se revelou tarefa fácil.

### **Nova Filial da CGDCP em Aveiro – 1ª Fase**

A 28 de maio de 1937, uma nova informação elaborada pela inspeção da CGDCP, abordava novamente a procura de um terreno disponível para a construção da nova filial apresentando duas soluções: a primeira alertava para a existência de um terreno de gaveto na avenida que conduzia à estação de caminho-de-ferro, ocupada por moradias e estabelecimentos comerciais de cunho moderno (fig. 2). No entanto, aquele terreno, segundo o Presidente da Câmara havia sido vendido, em 1922, pelo município aos Grandes Armazéns do Chiado, tendo sido estabelecido na escritura que, decorridos 10 anos dessa venda, não havendo nada construído nesse terreno pelo seu proprietário, o mesmo voltaria para a posse da Câmara, mediante restituição da quantia pela qual havia sido vendido; a segunda hipótese visava a aquisição de um outro terreno pertencente à Câmara, com várias frentes, que estaria disponível para venda.

Mediante estas duas hipóteses, o gerente decidiu fazer algumas considerações junto da administração sobre o atual edifício e o seu estado de degradação, e dá o seu parecer para as novas instalações. Em relação aos espaços ocupados pelos serviços, estes encontravam-se em muito mau estado sendo que obras de remodelação teriam que ser de grande vulto e bastante dispendiosas: pintar as portas interiores, fazer estuques novos, reparar o balcão, proceder a alterações na sala do público, entre outras. Por outro lado, o gerente considerou a localização da atual filial como sendo um espaço muito húmido, principalmente a casa-forte, por se encontrar situado muito perto da ria, tendo sofrido no ano anterior uma inundaçã



serviços, segundo ele, encontravam-se demasiado dispersos, evitando uma regular fiscalização<sup>1</sup>. Considerou ainda que demolir o atual edifício e reergue-lo de novo, poderia ficar mais dispendioso do que adquirir outro terreno em zona mais bem situada e construí-lo de raiz.

Propõe por isso à Administração, a aquisição do terreno já equacionado anteriormente, pertença dos Armazéns do Chiado, sendo que, em relação ao litígio entre a Câmara e o proprietário, segundo ele, seria de fácil resolução. Uma vez que os Armazéns do Chiado não construíram nada no terreno adquirido, a Câmara evocou a cláusula do contrato que previa o retorno do terreno aos serviços municipais.

Nesta medida, o gerente conseguiu uma promessa por parte do Presidente da Câmara de que o município desistiria da ação em tribunal referente ao terreno, desde que este fosse para a posse da CGDCP e os Armazéns indemnizassem a Câmara. Depois de alguma troca de correspondência, os Armazéns do Chiado mostraram-se dispostos a vender o terreno à Caixa, ficando a faltar apenas o acordo de indemnização com a Câmara.

A 1 de fevereiro de 1938, o Engenheiro Francisco Maria Henriques apresentou um relatório favorável acerca da aquisição do terreno em causa. Considerou a localização privilegiada, dada a proximidade ao centro histórico da cidade e à estação de caminho-de-ferro. Tendo em conta os vários serviços da Caixa, a situação do terreno com várias frentes, o acesso às vias públicas e as suas dimensões, tornavam-no um espaço adequado para a construção da nova filial. Em relação ao valor do terreno, de 120\$00 por m<sup>2</sup>, tendo em conta a localização e havendo poucos terrenos devolutos naquela zona, e ainda o alargamento eminente do centro da cidade até à estação, o Engenheiro aconselhou a compra do terreno, alegando ainda a opinião do gerente da filial e do próprio Presidente da Câmara.

Resolveu o CA, a 18 de fevereiro de 1938, adquirir pelo valor de 58.290\$00 o terreno na Avenida Nova, à firma Nunes dos Santos & C<sup>a</sup> (Armazéns do Chiado), tendo sido necessário que a Câmara interviesse, no sentido de desistir da ação pendente na Auditoria de Coimbra e fazer-se representar na assinatura do contrato.

A Administração deu seguimento ao processo de construção de um novo edifício para a filial da CGDCP, em Aveiro, através de um convite ao Arquiteto Tertuliano Marques, para elaborar o respetivo projeto, dando ordem ao gerente da filial para indicar um técnico que procedesse ao levantamento topográfico do terreno adquirido pela Caixa com indicação da realização de plantas à escala de 1/100.

No decorrer destes trabalhos, a inspeção da Caixa estabeleceu um programa de obra para a construção do novo edifício, de acordo com as áreas e exigências específicas a considerar

---

<sup>1</sup> *Condições a que devem satisfazer os edifícios a construir para instalação de filiais e agências* - Despacho do CA de 19 de julho de 1940. Contém as diretrizes estabelecidas pela administração a observar, de futuro, como recomendação aos arquitetos.



para os serviços, nomeadamente: sala do público, gabinete de gerência, sala interna de trabalho, casa-forte, aluguer de cofres, arquivo, vestiários, retretes, habitação da gerência, quartos para inspeção e gabinete de inspeções médicas.

Em abril de 1939, o Arquiteto Tertuliano Marques apresentou o anteprojecto para o novo edifício, composto pelos desenhos das plantas do interior e das fachadas (fig. 3, 4, 5, 6 e 7).

Depois da apreciação do engenheiro Francisco Maria Henriques e da inspeção da CGDCP, o CA colocou algumas reservas em relação à planta da cave e à planta do 1º andar. Apesar destas particularidades parecia que o projecto para a nova filial de Aveiro corria de feição.

Por despacho de 16 de dezembro de 1940, o CA determinou que de futuro era importante conhecer o programa para elaboração do projecto das casas-fortes a construir nos edifícios da Caixa.

Depois de aprovado o novo esboço do edifício da CGDCP, ainda que sujeito a pequenas alterações, a Caixa deparou-se com a necessidade de obter uma avaliação, por especialistas, da constituição geológica do solo<sup>2</sup>. Solicitou um estudo das fundações (considerou duas empresas: Teixeira Duarte e Fundações Franki), tendo sido adjudicado o estudo à empresa Teixeira Duarte, por 6.000\$00.

Por falecimento do Arquiteto responsável pelo projecto, Tertuliano Marques, a administração dirige um convite ao arquiteto Luis Cristino da Silva para dar continuidade ao processo da construção da nova filial.

### **Nova Filial da CGDCP em Aveiro – 2ª Fase**

A partir de 1942 operou-se uma mudança política definida pelo Estado, que se traduziu numa centralização das obras públicas. Foi criada a Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CAOCGDCP) para a qual transitou toda a responsabilidade de decisão e execução dos edifícios da CGDCP.

O resultado desta política nacional tinha como principal objetivo um melhor planeamento das estruturas dos edifícios públicos, sujeitas a análise periódica em termos administrativos e financeiros<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> 7 abril de 1942 - Despacho do CA determinou que, futuramente, para evitar situações semelhantes, antes de encomendar o projecto do edifício a construir, seria necessário conhecer previamente a natureza das fundações. Assim, logo que fosse adquirido o terreno, e nos casos duvidosos, antes da aquisição, dever-se-ia preceder a um estudo por parte de uma entidade especializada, do subsolo do local onde viesse a ser construído o novo edifício, sendo sempre necessária a apresentação de um parecer especializado sobre a natureza das fundações.

<sup>3</sup> Decreto nº 32 337 de 23 de outubro de 1942 – *As obras de construção, ampliação e conservação de edifícios da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência serão administradas e fiscalizadas por uma comissão administrativa*



Por conseguinte, entrou-se num impasse quanto à construção da nova filial em Aveiro. Abandonados os projetos iniciais devido às novas decisões da comissão administrativa, que concluiu que o terreno adquirido pela CGDCP era insuficiente para as exigências inerentes ao novo edifício. A 2 de fevereiro de 1944, decidiu uma nova localização para os serviços, desta vez, nas imediações das duas pontes sobre a Ria e muito possivelmente na Praça Luís Cipriano, ficando o projeto dependente do Plano Geral de Urbanização da cidade de Aveiro.

Por outro lado, o prazo concedido pela Câmara de Aveiro para construção do edifício na Avenida Nova, ao abrigo do Regulamento de 31 de Dezembro de 1864<sup>4</sup>, já ultrapassara os 18 meses. A CGDCP alegou perante a autoridade municipal que as decisões quanto à construção dos edifícios para as dependências da Caixa, não dependia do CA, mas do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Iniciou-se uma nova fase no processo da construção da filial protagonizada pela comissão administrativa que definia a zona da cidade entre a rua de Viana do Castelo, rua José Estevão e Travessa da Caixa Económica, para a implantação da nova construção. Este local estava abrangido por um plano de urbanização, implicando uma retificação de alinhamentos das vias públicas que implicava um corte de todos os prédios existentes, sendo necessário proceder a um estudo do subsolo. O estudo foi realizado pela empresa Teixeira Duarte a 23 de março de 1946, no qual constava que os terrenos não eram fiáveis para a dita construção devido à existência de uma camada de lodo com 21 m de espessura. Por este motivo, pediu-se autorização ao Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGMN) para a realização de novas sondagens, desta vez, no fim do Largo Cipriano da mesma cidade, onde se supunha existir um subsolo mais firme a menos profundidade.

Paralelamente a estas decisões, havia uma fação de proprietários insatisfeitos face à pretensão da Câmara na demolição de um conjunto de prédios nesta zona que se inseriam no plano urbanístico. Por iniciativa coletiva faziam chegar queixas no sentido de pedir explicações, não considerando viável esta situação que envolvia a demolição para construção da filial da CGDCP.

Após autorização concedida pela DGMN, a comissão administrativa promoveu novas sondagens de reconhecimento geológico no terreno do Largo Luís Cipriano ficando decidido que a construção do novo edifício avançaria no quarteirão junto do mesmo largo (fig. 8).

---

*dependente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, através da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (...)*

*As obras de construção ou de ampliação a executar constarão de um plano geral ou de planos anuais, aprovadas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, sob proposta da comissão administrativa e parecer favorável do conselho de administração da Caixa.*

<sup>4</sup> Este Regulamento definia as regras segundo as quais os terrenos adquiridos na cidade de Aveiro deveriam ser sujeitos a intervenções no sentido de se enquadrarem no Plano de Urbanização da cidade, sob pena de serem devolvidos à câmara pelo mesmo valor que haviam sido adquiridos pelos novos proprietários.



Entretanto, a Câmara pronunciou-se sobre a expropriação dos prédios e considerou o alargamento da rua de Coimbra como necessário e de acordo com o planeamento camarário da cidade. Entendeu também que, estando a CGDCP interessada em construir o edifício da filial na rua de Coimbra e Largo de Luís Cipriano, resolvia um problema de urbanização. Segundo o presidente, a Câmara ao opor-se a esta realização, estaria a servir mal a cidade de Aveiro.

A CGDCP concentrou esforços para adquirir os novos terrenos, não querendo, no entanto, desfazer-se do terreno que possuía enquanto não assegurava uma nova localização.

Finalmente, a 15 de outubro de 1948 a administração da Caixa promoveu as diligências necessárias para a venda do terreno em causa, colocando-o em praça pública (a 25 de novembro) pelo valor base de licitação de 93.000\$00. O terreno foi vendido à Companhia de Seguros Ultramarina pela importância de 274.000\$00.

Ultrapassado este problema, e depois de realizadas algumas obras emergentes no edifício atual da filial (entre 1948 - 1952), a Câmara acordou com a Caixa uma indemnização de 100.000\$00 por conta da integração na via pública, de cerca de 140 m<sup>2</sup> dos terrenos dos prédios a expropriar na rua de Coimbra e Praça Luís Cipriano. A 31 de julho de 1952, por despacho do Ministro das Obras Públicas, foi aprovada a localização prevista (rua de Coimbra e Praça Luís Cipriano) para o novo edifício da CGDCP em Aveiro, e em fevereiro de 1953, celebrou-se contrato com o arquiteto Januário Godinho para a elaboração do projeto da filial.

Ao mesmo tempo decorria no Tribunal da Relação de Coimbra o processo de expropriação dos ditos prédios, cuja decisão fixada na 1ª instância foi de uma indemnização de 7.959.300\$00 a pagar pela Caixa. Esta decisão foi contestada e a CGDCP recorreu da mesma.

### **Novo edifício da filial da CGDCP, em Aveiro**

Como foi previsto pela administração em alguma correspondência, seria difícil a alteração desta decisão proferida pelo tribunal.

Consequentemente, e fruto das mudanças políticas no quadro nacional, a Caixa, em 1964, abandonou a ideia de adquirir novos terrenos para edificação do edifício de raiz. Planeou-se a implantação da filial naquela que foi sempre a localização dos serviços da Caixa – terreno que confrontava a norte com a rua Clube dos Galitos e a sul e poente, com a rua Gustavo Ferreira Pinto Basto (fig. 9 e 10). Esta implantação implicou a demolição total do edifício existente desde 1920 (onde outrora esteve instalado o Hotel Cisne).



O processo de aquisição de novos terrenos dentro da cidade de Aveiro pela Caixa, e depois, sob a tutela da comissão administrativa, atrasou décadas a construção de um novo edifício que estivesse à altura das necessidades crescentes dos serviços da CGDCP.

Em março de 1967, Fernando Távora é convidado a assinar o anteprojecto do edifício e em 1969 elabora a memória descritiva do projeto definitivo da filial.

As antigas instalações foram encerradas em dezembro de 1969 para as obras de reestruturação e os serviços da filial passaram para instalações provisórias na praça Frederico Ulrich, nº 22 (atual praça Humberto Delgado), e os serviços da Casa de Crédito Popular (CCP) para o nº 23 da rua do Clube dos Galitos.

Rapidamente, a 11 de março de 1970, o ministro das Obras Públicas autorizou a abertura de um concurso no intuito de adjudicar a empreitada de construção. O contrato para a sua execução foi celebrado com a firma José Luís da Fonseca & Filhos, Lda. a 26 de agosto.

A demolição da filial, antigas instalações do Hotel Cisne, foi iniciada a 31 de agosto, e no seu lugar construiu-se um novo edifício de raiz com 5 pisos, 3 dos quais ocupados pelos serviços da Caixa. Os dois pisos superiores destinaram-se a habitações de funcionários.

Finalmente, a 31 de outubro de 1972, inaugurou-se o edifício da filial (fig. 11), integrado nas comemorações do Dia Mundial da Poupança.

Com o decorrer dos anos e a evolução dos serviços, assim como devido ao aumento do número de funcionários, as novas instalações tornaram-se mais uma vez insuficientes. Em 1978, a Caixa aluga uma loja contígua às suas instalações, sendo adquirida posteriormente.

Nos anos 1980, encararam-se novas ampliações e optou-se por construir um novo edifício junto ao existente e pela remodelação do antigo. Numa última fase de reestruturações, os dois edifícios seriam ligados entre si. Os dois últimos pisos, que anteriormente foram destinados à habitação dos funcionários, passaram a integrar também os serviços da filial.

As novas instalações, ampliadas de forma ampla e funcional, contavam agora com um auditório e cofres de aluguer.

Apesar de todas as vicissitudes, a CGD acabou por encarar a localização do edifício de raiz, para a filial em Aveiro, no mesmo local onde sempre esteve desde a sua criação.



### **Bibliografia**

- Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos – Processos DPO (Aveiro)
- Boletim de Informação Interna, ano V, Janeiro de 1988, n.º 52 – Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.
- **Brites**, Joana Rita da Costa, O Capital da Arquitectura (1920-1970), Vol. II, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012.

**Helena Real Gomes**

*Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos*

Março de 2017





## GALERIA DE FOTOS



Figura 1 - Filial da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), em Aveiro.  
Obras de conservação.



Figura 2 - Terreno adquirido pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), para a construção do novo edifício da Filial em Aveiro (Avenida Nova).

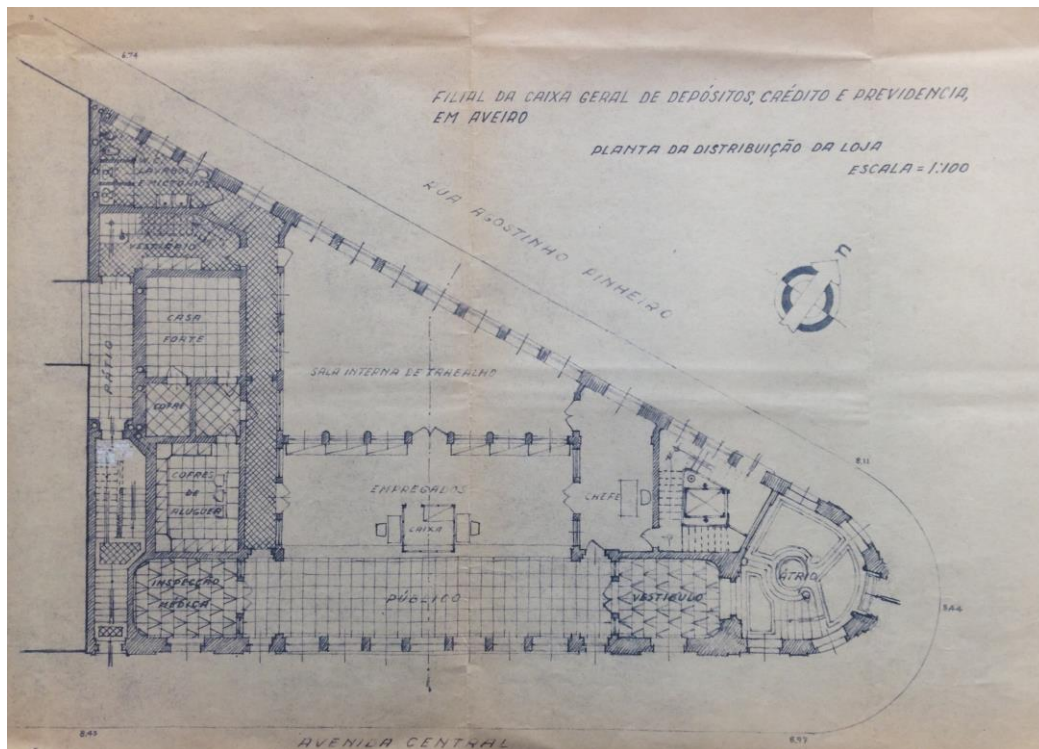


Figura 3 - Anteprojeto do futuro edifício para a Filial da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), em Aveiro, do Arquiteto Tertuliano Marques. Planta da distribuição da loja.

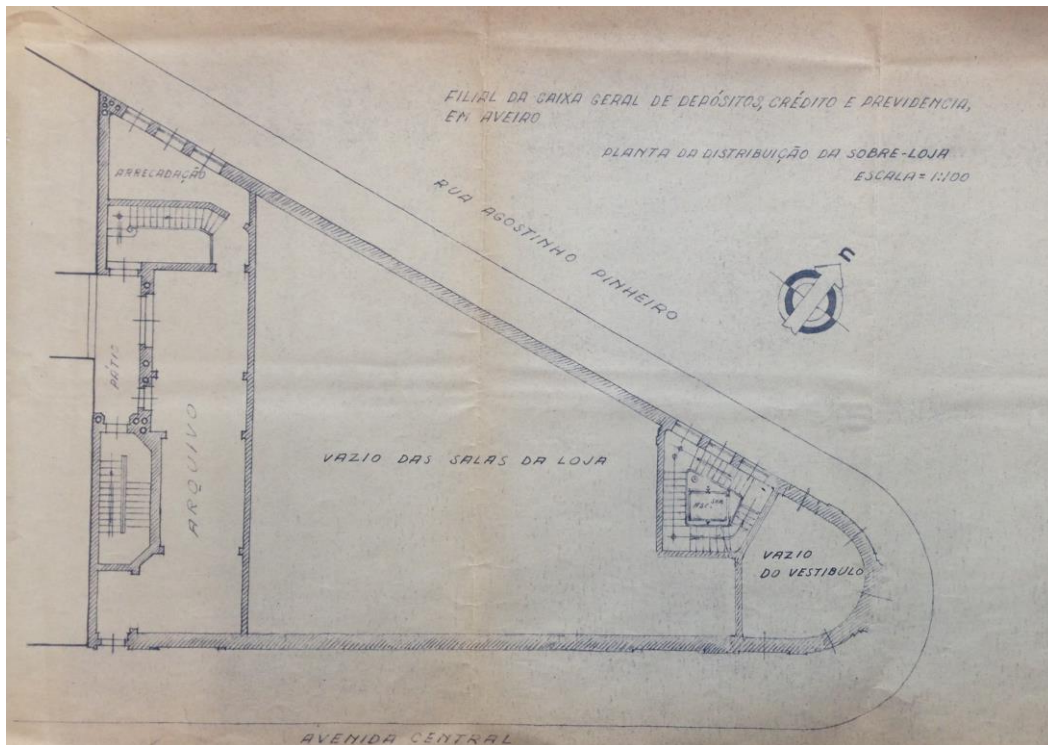


Figura 4 - Anteprojeto do futuro edifício para a Filial da CGDCP, em Aveiro, do Arquiteto Tertuliano Marques. Planta da distribuição da loja.

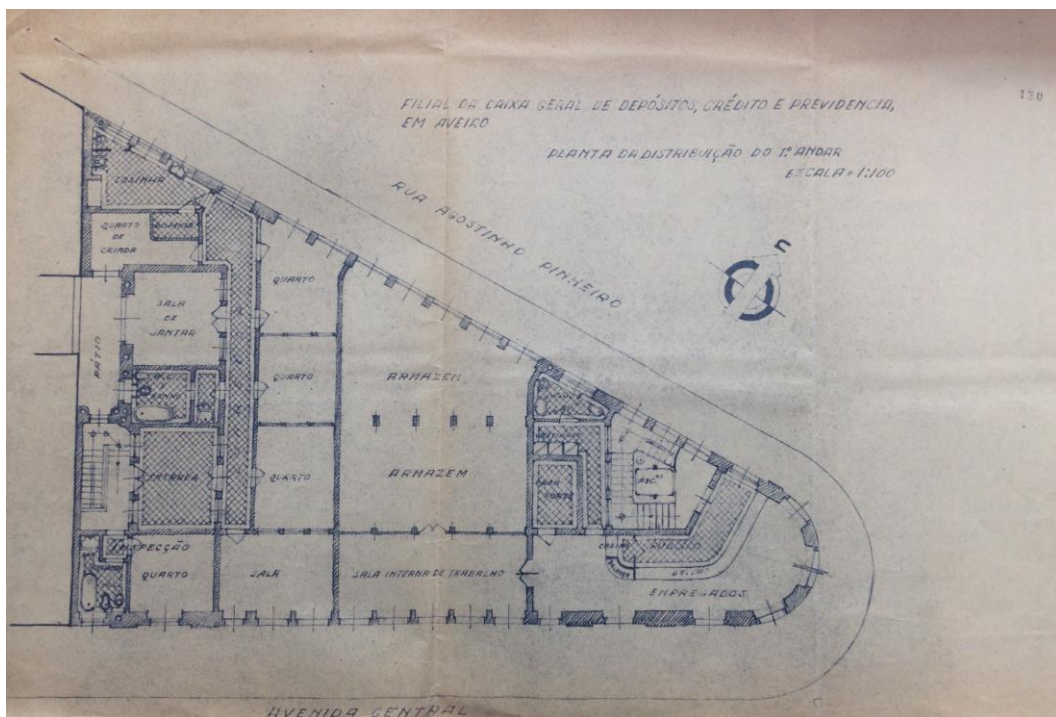


Figura 5 - Anteprojeto do futuro edifício para a Filial da CGDCP, em Aveiro, do Arquiteto Tertuliano Marques. Planta da distribuição do 1.º andar.

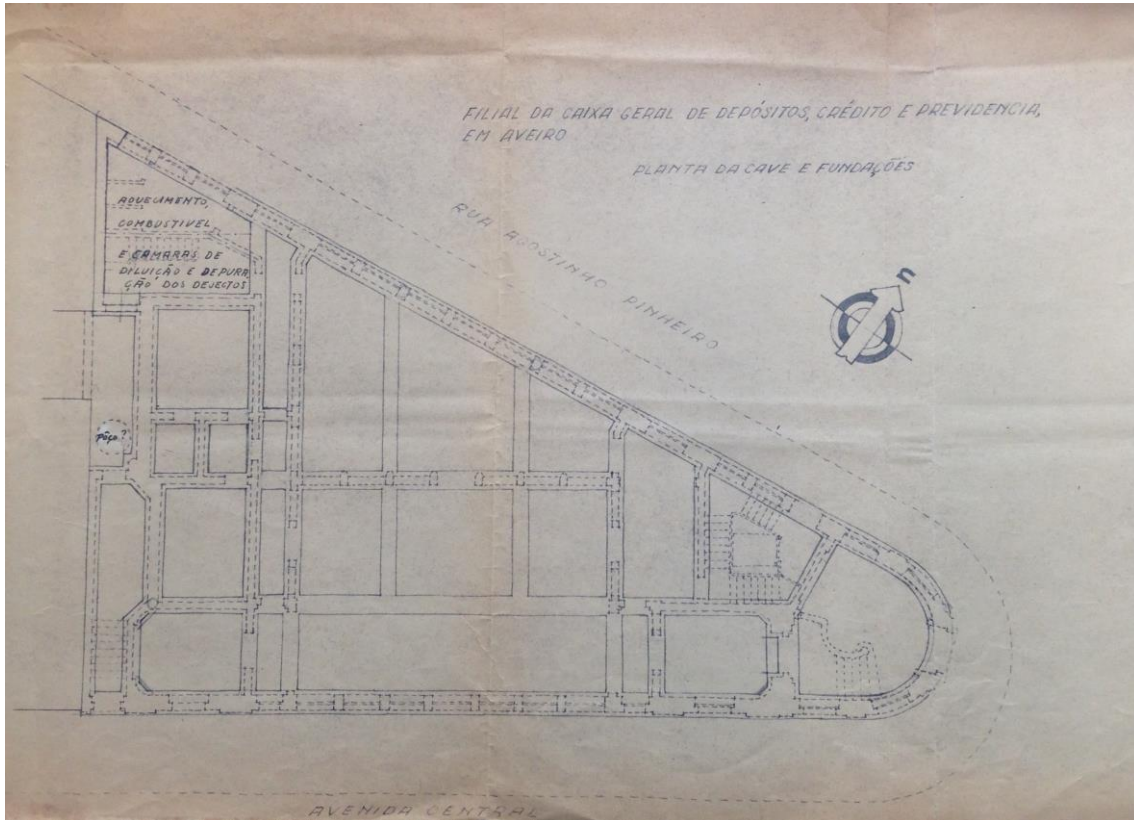


Figura 6 - Anteprojeto do futuro edifício para a Filial da CGDCP, em Aveiro, do Arquiteto Tertuliano Marques. Planta da cave e fundações.

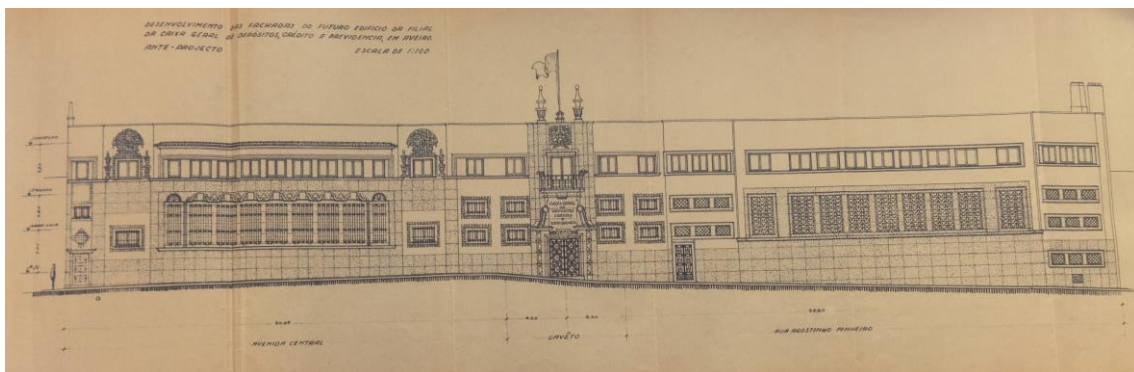


Figura 7 - Anteprojeto do futuro edifício para a Filial CGDCP, em Aveiro, do Arquiteto Tertuliano Marques. Planta do desenvolvimento das fachadas.



Figura 8 - Terreno para a futura construção do edifício da filial de Aveiro, confrontava a norte com a rua Clube dos Galitos e a sul e poente, com a rua Gustavo Ferreira Pinto Basto.

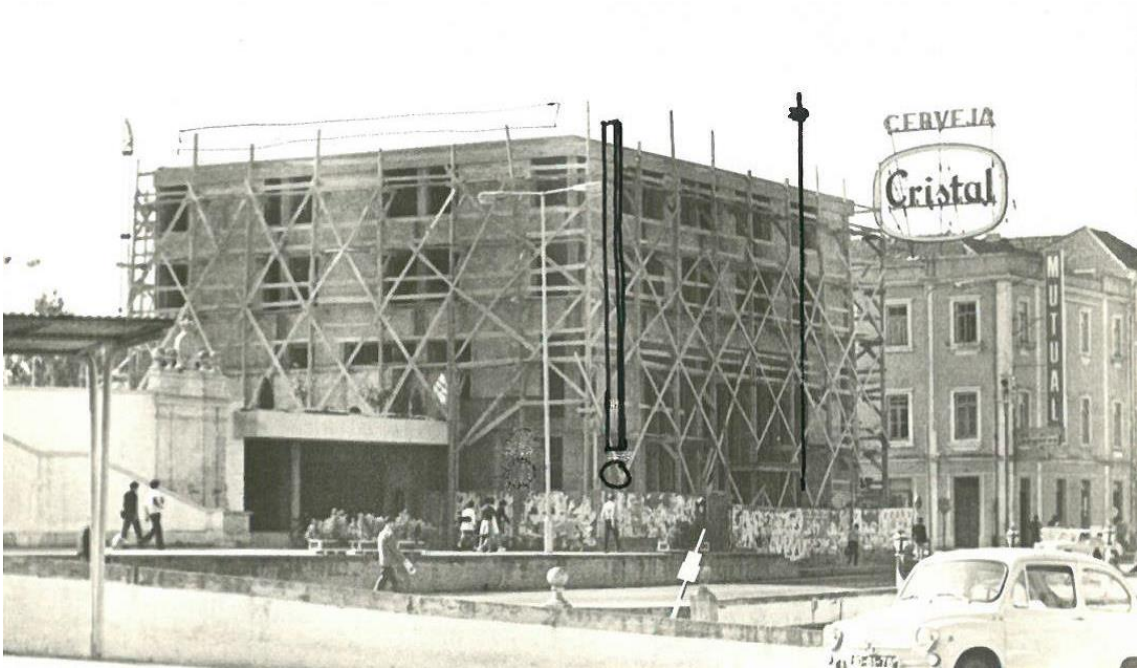


Figura 9 - Construção da filial da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), em Aveiro, na rua Clube nos Galitos.

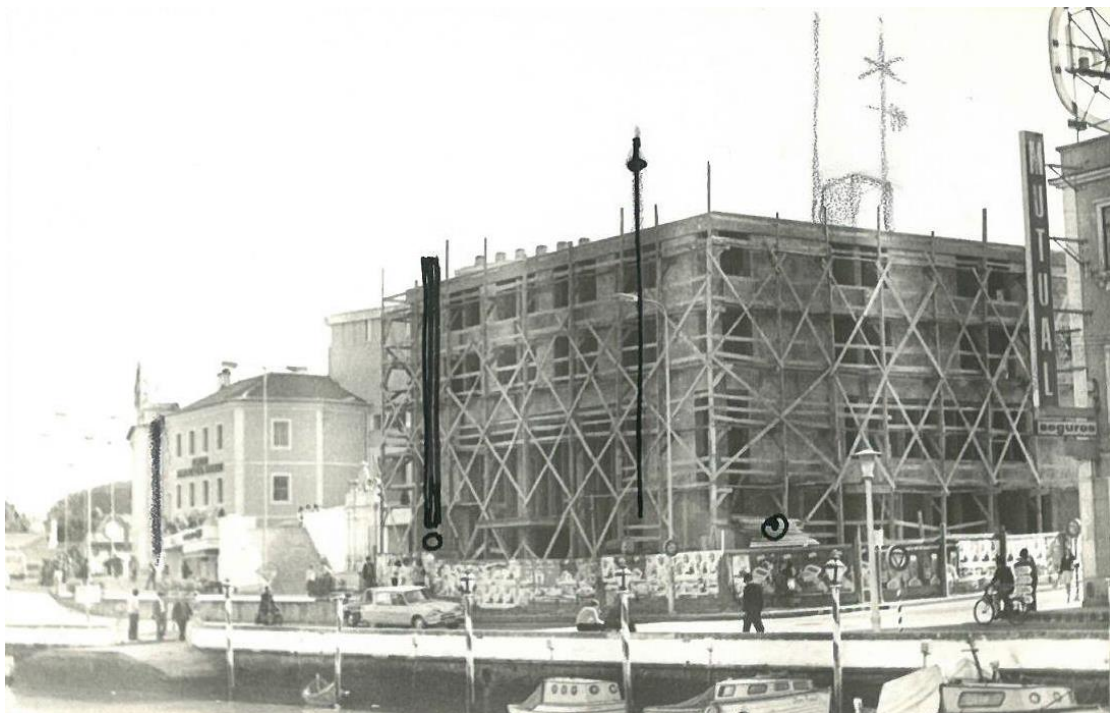


Figura 10 - Construção da filial da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), em Aveiro, na rua Clube nos Galitos.



Figura 11 - Edifício da filial da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), em Aveiro.